

A infância negada: marcas do colonialismo em *Negrinha*, de Monteiro Lobato

A denied childhood: traces of colonialism in *Negrinha*, by Monteiro Lobato

Edvânia de Sousa Tavares ¹

UFT

Resumo: O presente artigo tem como escopo analisar a representação da infância negra no conto *Negrinha* (2008), de Monteiro Lobato, tomando como base estudos históricos acerca da infância no Brasil. Inicialmente, discute-se a construção histórica do conceito de infância, com base nas reflexões de Philippe Ariès, destacando que a experiência infantil não constitui uma categoria universal ou atemporal, mas resulta de processos históricos e sociais específicos que foram se modificando com o passar do tempo. Em seguida, aborda-se a condição da infância negra no sistema escravocrata brasileiro, apoiando-se em pesquisas organizadas por Mary Del Priore e em estudos de José Roberto Góes e Manolo Florentino, que evidenciam a violência, a exploração e os altos índices de mortalidade entre crianças escravizadas. A partir desse embasamento histórico e teórico, o artigo segue para analisar como o conto de Lobato denuncia a permanência das estruturas coloniais no período pós-abolição, revelando os processos de desumanização física e simbólica vividos pela personagem Negrinha e evidenciando a negação de sua infância.

Palavras-chave: Negrinha; Desumanização; Infância.

Abstract: This article aims to analyze the representation of Black childhood in the short story *Negrinha* (2008), by Monteiro Lobato, based on historical studies about childhood in Brazil. Initially, it discusses the historical construction of the concept of childhood, based on the reflections of Philippe Ariès, highlighting that the childhood experience does not constitute a universal or timeless category, but results from specific historical and social processes that have changed over time. Next, it addresses the condition of black childhood within the Brazilian slave system, relying on research organized by Mary Del Priore and studies by José Roberto Góes and Manolo Florentino, which highlight the violence, exploitation, and high mortality rates among enslaved children. Based on this historical and theoretical foundation, the article analyzes how Lobato's story denounces the persistence of colonial structures in the post-abolition period, revealing the processes of physical and symbolic dehumanization experienced by the character Negrinha and highlighting the denial of her childhood.

Keywords: Negrinha; Dehumanization; Childhood.

Submetido em 17 de março de 2026.

Aprovado em 30 de março de 2026.

¹ Mestranda em Letras pela UFT. Email: sousaedvania251@gmail.com

Introdução

A infância, enquanto etapa fundamental do desenvolvimento humano, nem sempre foi vista como um espaço de proteção, cuidado, afeto e direitos como se conhece atualmente, e quando se trata da infância de crianças negras, infelizmente, o cenário cria contornos desumanos, uma vez que elas foram submetidas à lógica da escravidão e assim viveram uma infância negada.

No Brasil, o regime escravocrata não apenas desumanizou corpos negros, como, também, impediu que crianças negras vivenciassem plenamente a infância, reprimindo-as à violência física e, também, simbólica. Nesse sentido, a infância escravizada se une a um período de dor e sofrimento pelo silenciamento de vozes que ainda sem entender o mundo já foram vítimas da ignorância colonizadora.

Nessa perspectiva, ao longo do tempo, a literatura brasileira assumiu o papel de retratar essa infância marginalizada, criando um espaço de denúncia das heranças coloniais que atravessam a formação social do país. Nesse contexto, o conto *Negrinha* (2008), publicado pela primeira vez em 1920, escrito por Monteiro Lobato (1882-1948), narra a história de uma criança negra, órfã e que sofre desmedidas violências em um contexto em que a escravidão, pelo menos formalmente, já teria sido abolida. A narrativa expõe de forma pontual como era a prática escravocrata no ambiente doméstico e revela a violência colonial.

Mary Dal Priore (1952), Historiadora e professora brasileira, organizadora da *História da criança no Brasil* (2010), obra que reúne artigos que tratam acerca de crianças em diversos contextos históricos, um desses artigos é escrito por José Roberto Góes e Manolo Florentino e aborda acerca de crianças escravizadas: “Crianças escravas e crianças dos escravos”, nele, os autores analisam as condições de vida, as dinâmicas familiares e os processos de socialização das crianças submetidas ao regime escravocrata, evidenciando como a infância, nesses casos, era profundamente marcada pela violência, pela exploração e pela negação de direitos básicos. Nessa continuidade, o artigo supracitado servirá de apoio para as reflexões que aqui se formarão.

Sob essa ótica, este artigo possui o fito de analisar como é a representação da infância escravizada no conto *Negrinha* e como é representada a vida e a experiência infantil sob o viés do colonialismo. Para esse propósito, será utilizado como aporte teórico estudos literários e históricos, no sentido de compreender como a narrativa constrói uma crítica à desumanização da criança negra.

1. A infância negra no sistema escravocrata

A ideia de infância a qual se conhece atualmente é relativamente recente, tendo em vista que na antiguidade as crianças não se diferenciavam dos adultos. Para abordar acerca dessa afirmação, o historiador francês, Philippe Ariès (1914-1984), em sua obra *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime* (1960), traduzida para o português como *História social da criança e da família*, publicada pela primeira vez, no Brasil, no ano de 1978, foi um dos primeiros pesquisadores a debruçar-se no delicado estudo de apurar acerca do que foi a fase da infância em épocas remotas. Alicerçado em fontes documentais sobre famílias e educação na Europa pré-moderna, Ariès iniciou um campo de estudo ao argumentar que o conceito moderno de infância, o qual conhecemos atualmente, surge historicamente e não integra uma categoria atemporal. Ariès aponta que:

No mundo das fórmulas românicas, e até o fim do século XIII, **não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido**. Essa recusa em aceitar na arte a morfologia infantil é encontrada, aliás, na maioria das civilizações arcaicas. (2014, p. 65, grifos meus).

Mary Del Priore (2010), possui contribuições valorosas para os estudos acerca das crianças. Nesse sentido, a autora lembra que a história da criança sempre esteve ligada à história dos adultos, já que eram eles que determinavam suas condições de vida. Assim, segundo ela, as crianças tanto sofreram violência e humilhações quanto, em alguns casos, receberam cuidado e carinho.

Embora o presente artigo se debruce acerca da infância escravizada, torna-se importante, em um primeiro momento, compreender como a infância, enquanto categoria histórica e social, foi concebida em períodos anteriores. Dessa forma, diferentemente da infância branca, progressivamente associada ao cuidado e à proteção, a infância negra foi concebida como espaço de exploração e silenciamento, sendo atravessada por práticas que negavam a essas crianças o reconhecimento de sua subjetividade e humanidade.

Nesse viés, o professor Horácio Gutiérrez desenvolveu pesquisa acerca do tráfico de crianças para o Brasil, os dados levantados no estudo abrangem o período de 1734 a 1769 e baseiam-se em registros de navios negreiros que partiram de Luanda, em Angola, com destino ao Brasil. Segundo Gutiérrez, as informações colhidas estão preservadas no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e possibilitam estimativas sobre o número de

crianças e adultos escravizados, além de fornecer dados detalhados sobre as embarcações e os portos de destino. Com base nessa pesquisa, Gutiérrez atesta que:

Entre 1734 e 1769, segundo os registros consultados, 9.220 crianças foram transportadas desde Luanda para o Brasil, sem incluir no cômputo as crianças de pleno direito nem os anos para os quais o registro é lacunoso. Em média, 542 menores foram exportados anualmente para o Brasil, o que não deixa de ser uma cifra significativa. Se supormos que essa média é válida também para os anos para os quais não contamos com dados das décadas de 1731-1770, o total de crias de peito e de pé comercializadas nessa rota elevar-se-ia a 21.680 menores nesses quarenta anos. Desse total, 76% corresponderia a crias de pé e o restante a bebês de colo. Os números, sem dúvida, ressaltam pelo seu elevado montante absoluto. Note-se, além do mais, que correspondem apenas à rota de Luanda. O momento da importação coincide no Brasil com o auge da mineração do ouro e do diamante, para onde o afluxo de escravos africanos era constante. Para se ter uma idéia do que significaria a importação anual de 542 crianças, basta lembrar que no Serro do Frio, uma expressiva comarca mineradora da época, o senhor de maior porte contava em 1738 com 79 escravos e o total de senhores de escravos na região alcançava nesse mesmo ano a 1.744 pessoas. (1989, p. 62).

Os dados apresentados evidenciam a dimensão da violência sofrida por crianças negras no contexto do tráfico. Dessa forma, é possível ver o expressivo número de menores transportados de Luanda para o Brasil, o que revela a infância negra sendo incorporada à lógica escravocrata e tratada como mercadoria desde os primeiros anos de vida. Ainda, a presença significativa de bebês e crianças pequenas reforça que a escravidão não atingia apenas corpos adultos, mas, também, atingia de forma violenta a infância, negando qualquer possibilidade de cuidado, proteção ou vivência infantil. Esses números, ainda que parciais, expõem como era naturalizada a exploração dessas crianças para o sistema colonial brasileiro.

Um fato levantado por Góes e Florentino (2010), é que poucas crianças escravizadas alcançavam a idade adulta, especialmente nos períodos de intensificação do tráfico africano no porto do Rio de Janeiro. Dados de inventários rurais fluminenses revelam que crianças com menos de dez anos representavam um terço dos escravizados falecidos no intervalo entre a morte dos senhores e a partilha dos bens, sendo que a maioria morria ainda no primeiro ano de vida e grande parte antes dos cinco anos. Entre aquelas que sobreviviam, a experiência era igualmente marcada pela perda familiar, pois muitas já apareciam nos registros sem pai ou mãe identificados, e, ao longo da infância, o número de órfãos tornava-se predominante.

Em múltiplos momentos da história das crianças no Brasil, se torna evidente as humilhações e a insensibilidade com relação a vida das crianças, especificamente as crianças negras, como relata o fragmento:

O adestramento da criança também se fazia pelo suplício. Não o espetaculoso, das punições exemplares (reservadas aos pais), mas **o suplício do dia a dia, feito de pequenas humilhações e grandes agravos**. Houve crianças escravas que, sob as ordens de meninos livres, puseram-se de quatro e se fizeram de bestas. Debret não pintou esse quadro, mas não é difícil imaginar a criança negra arqueada pelo peso de um pequeno escravocrata. (Goés e Florentino, 2010, p. 190, grifos meus).

Isso evidencia que a violência imposta à criança negra no sistema escravocrata não se limitava somente aos castigos físicos destinados aos adultos, mas se manifestava, sobretudo, no cotidiano, por meio de humilhações constantes e práticas de submissão que atingiam diretamente sua dignidade. Ao dizer que o “adestramento” se fazia pelo suplício diário, os autores revelam a naturalização da desumanização infantil, na qual a criança era treinada para ocupar uma posição de inferioridade desde muito pequena.

2. Permanência do colonialismo na narrativa Lobatiana

Com base nas discussões acerca da infância negra e do colonialismo na sociedade brasileira, o conto *Negrinha*, de Monteiro Lobato, oferece um campo favorável de análise, uma vez que a personagem infantil é submetida a práticas de violência e humilhação que revelam a continuidade das estruturas escravocratas no contexto pós-abolicionista. Nessa sequência, Lobato realmente expõe de forma brutal como a menina, que nem sequer tem nome, é tratada.

Inicialmente Negrinha, cujo nome dá título ao conto, é apresentada ao leitor como uma criança de sete anos, órfã e de olhos assustados. O narrador completa dizendo que:

“Nascera na senzala, de mãe escrava, e seus primeiros anos de vida, vivera-os pelos cantos escuros da cozinha, sobre farrapos de esteira e panos imundos. Sempre escondida, que a patroa não gostava de crianças.” (Lobato, 2008, p. 24).

Esse trecho já revela as condições que a menina vive. Cercada pelo desprezo do olhar de quem a vê como qualquer coisa, menos como um ser humano, uma vez que mesmo vivendo em um contexto pós-abolição as crueldades continuavam vivas.

A patroa, caracterizada como uma mulher rica e corpulenta, representa a hipocrisia de uma elite que, embora perpetue práticas de extrema violência, ampara-se no discurso religioso para construir uma imagem de moralidade e virtude. A devoção

aparente funciona no sentido de encobrir a rudeza exercida por ela no espaço doméstico, situação que evidencia ao leitor a contradição entre a fé a qual ela proclama e a conduta desumanizadora que ela pratica, como mostra no fragmento abaixo:

Excelente senhora, a patroa. Gorda, rica, **dona do mundo**, amimada pelos padres, **com lugar certo na igreja e camarote de luxo no céu**. Entaladas as banhas no trono uma cadeira de balanço na sala de jantar, — ali bordava, recebendo as amigas e o vigário, dando audiências, discutindo o tempo. **Uma virtuosa senhora, em suma — “dama de grandes virtudes apostólicas, esteio da religião e da moral”**, dizia o padre. Ótima, a D. Inácia. (Lobato, 2008, p. 24, grifos meus).

A criança possui particularidades próprias da infância, e com a menina não era diferente, todavia, a ela era negado até mesmo o direito ao choro. Negavam-lhe sentimentos, como se sua condição infantil não necessitasse de afetos ou fragilidades, o que a impedia de vivenciar experiências que a reconhecessem como sujeito, já que a vida a qual ela era subjugada não lhe permitia experimentar o cuidado, o acolhimento ou qualquer manifestação de humanidade, reduzindo sua existência a um estado de submissão e silenciamento.

Assim cresceu Negrinha — magra, atrofiada, com olhos eternamente assustados. Órfã aos quatro anos, ficou por ali, feita gato sem dono, levada a pontapés. Não compreendia a idéia dos grandes. Batiam-lhe sempre, por ação ou omissão. A mesma coisa, o mesmo ato, a mesma palavra provocava ora risadas, ora castigos. Aprendeu a andar, mas não andava, quase. Com o pretexto de que, às soltas, reinaria no quintal, estragando as plantas, a boa senhora punha-a na sala, ao pé de si, num desvão de porta. (Lobato, 2008, p. 24).

Jean-Paul Sartre (1905-1980), filósofo francês, no prefácio da obra *Os condenados da terra* (1997), de Frantz Fanon (1925-1961), argumenta que a violência colonial atua não apenas como forma de controle, mas como estratégia de desumanização dos sujeitos subalternizados. Nesse sentido, a trajetória de Negrinha evidencia essa lógica que não se limita em ser somente uma criança disciplinada, que faz tudo como a patroa ordena, ela é progressivamente destituída de humanidade.

Negrinha imobilizava-se no canto, horas e horas. — Braços cruzados, já, diabo!! Cruzava os bracinhos, a tremer, sempre com o susto nos olhos. E o tempo corria. O relógio batia uma, duas, três, quatro, cinco horas — **um cuco tão engraçadinho! Era seu divertimento vê-lo abrir a janela e cantar as horas com a bocarra vermelha, arrufando as asas. Sorria-se, então, feliz um momento**. (Lobato, 2008, p. 24-25, grifos meus).

A brutalidade verbal sofrida pela menina é sensível para os olhos do leitor que se compadece com o sentimento de medo e aflição que Negrinha vive. A ela, a felicidade é frágil e efêmera, seu sorriso assemelha-se ao brilho de um pirilampo em noite escura: ilumina, mas não o suficiente para a escuridão que a envolve, e a cena do encantamento com o cuco revela que ali existe uma infância, mesmo que sob o medo. Dessa forma, a violência a qual a menina é submetida não se limita às agressões físicas, estende-se às constantes humilhações verbais que reforçam sua condição de inferioridade, como expõe o trecho:

Que ideia faria de si essa criança, que nunca ouvira uma palavra de carinho? **Pestinha, diabo, coruja, barata descascada, bruxa, pata choca, pinto gorado, mosca morta, sujeira, bisca, trapo, cachorrinha, coisa ruim, lixo** — não tinha conta o número de apelidos com que a mimoseavam. Tempo houve em que foi — bubônica. A epidemia andava à berra, como novidade, e Negrinha viu-se logo apelidada assim — por sinal, achou linda a palavra. Perceberam-no e suprimiram-na da lista. Estava escrito que não teria um gostinho só na vida, nem esse de personalizar a peste... (Lobato, 2008, p. 25, grifos meus).

Na ingenuidade infantil, Negrinha não tinha noção do que significava a palavra “bubônica”, não sabia que a ela estava sendo atribuído o nome de uma grave doença infecciosa que ocasionou uma das pandemias mais mortais da história. Ela acha a palavra bonita, isso mostra sua carência afetiva, pois qualquer palavra diferente para ela era como se fosse algo especial. No entanto, ao perceberem que ela gostou do apelido, retiram. Esse gesto reforça, mais uma vez, a crueldade do ambiente, pois até um mínimo prazer, ainda que seja por algo equivocado, lhe é negado.

Fanon diz que o mundo colonial é maniqueísta², pois não basta para o colonizador tomar o espaço do colonizado, ele faz com que o colonizado seja a “quintessência do mal”, ou seja é posto como o maior mal que existe. Nessa sequência ele diz que

Por vezes este maniqueísmo vai até ao fim de sua lógica e desumaniza o colonizado. **A rigor, animaliza-o. E, de fato, a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica [...]** O colono, quando quer descrever bem e encontrar a palavra exata, recorre constantemente ao bestiário. (1997, p. 31, grifos meus).

Dessa forma, quando Frantz Fanon diz que “desumaniza” e “animaliza” o colonizado, ele está mostrando que a violência colonial não atua apenas pela força física,

² Doutrina religiosa propagada por Maniqueu (Mani ou Manes) que, na Pérsia, durante o século III, concebia o mundo como uma fusão dualista do espírito e da matéria, respectivamente do bem (luz) e do mal (trevas).

mas, também, pela linguagem, uma vez que ao comparar o colonizado a um animal, o colonizador retira dele a condição humana. A linguagem zoológica utilizada não é inocente, ela justifica a dominação, pois quando o outro é visto como um animal é mais fácil de explorá-lo e puni-lo sem nenhum remorso, já que ao transformar o colonizado em algo inferior o colonizador legitima sua própria condição de superior.

Os castigos e agressões que a menina vivenciava eram corriqueiros, situações simples se tornavam motivo para a “Santa” Inácia agir.

Judiaría miúda, os níqueis da crueldade: cocres, mão fechada com raiva e nós de dedos que cantam no coco do paciente. Puxões de orelha: o torcido, de despegar a concha (bom! bom! bom! gostoso de dar!) e o a duas mãos, o sacudido. A gama dos beliscões: do miudinho, com a ponta da unha, a torcida do umbigo, equivalente ao puxão de orelha. A esfregadela: roda de tapas, cascudos, pontapés e safanões à uma — divertidíssimo! A vara de marmelo, flexível, cortante: para doer fino, nada melhor. (Lobato, 1997, p. 25).

O prazer em ser cruel é por divertimento, Lobato diz que “O 13 de maio tirou-lhe das mãos o azorrague, mas não lhe tirou da alma a gana.” (2008, p. 25), levando a entender que a lei retirou o açoite das mãos, mas não “a gana” da alma. Assim, o narrador sugere que a abolição não exauriu o desejo de dominar, humilhar e violentar, apenas mudou a forma de continuar fazendo.

No que diz respeito às crueldades praticadas por Inácia, um dos trechos mais violentos da narrativa concentra-se na cena do ovo, momento em que ela se mostra radiante diante da possibilidade de, mais uma vez, satisfazer-se ao presenciar o sofrimento da menina.

Negrinha abriu a boca, como o cuco, e fechou os olhos. A patroa então, com uma colher, tirou da água “pulando” o ovo e zás! na boca da pequena. E antes que o urro de dor saísse, prática que era D. Inácia nesse castigo, suas mãos amordaçaram-na até que o ovo arrefecesse. Negrinha urrou surdamente, pelo nariz. Esperneou. Mas só. Nem os vizinhos chegaram a perceber aquilo. (Lobato, 2008, p. 26).

A sequência dessa cena se finda na hipocrisia da senhora em retornar para a sala de sua casa para receber o padre. Nesse momento, a mudança repentina de postura revela sua capacidade de alternar entre a mulher cruel e a mulher boa, caridosa e cheia de virtudes. Na presença do pároco, ela constrói a imagem de benfeitora ao afirmar que está criando uma pobre menina órfã. Dessa forma, o fragmento aponta a incoerência entre discurso e prática.

A narrativa toma outro contorno no momento em que as sobrinhas de Inácia vão visitá-la, o conto às descreve como “pequenotas, lindas meninas louras, ricas, nascidas e criadas em ninho de plumas.” (Lobato, 2008, p. 27). A partir dessa cena da chegada das duas meninas, Negrinha se vê encantada.

Do seu canto, na sala do trono, viu-as irromperem pela casa adentro como dois anjos do céu, alegres, pulando e rindo numa vivacidade de cachorrinhos novos. Negrinha olhou imediatamente para a senhora, certa de vê-la armada para desferir sobre os anjos invasores o raio dum castigo tremendo. Mas abriu a boca: a sinhá ria-se também... **Quê? Pois não era um crime brincar?? Estaria tudo mudado e findo o seu inferno — e aberto o céu??! No enlevo da doce ilusão, Negrinha levantou-se e veio para a festa infantil, fascinada pela alegria dos anjos.** (Lobato, 2008, p. 27, grifos meus).

Nesse contexto, o filósofo e crítico literário Walter Benjamin (1892-1940), em *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação* (2009), entende que a infância possui características únicas propriamente dessa fase da vida e que o brincar é uma particularidade da criança, pois segundo ele não existe dúvida que o ato de brincar simboliza libertação, uma vez que cercadas por um mundo de adultos, as crianças são capazes de criar, brincando, o seu próprio mundo.

Dessa maneira, Negrinha, mesmo experimentando de forma sombria a condição de viver uma infância negada, pulsa no seu íntimo, de forma involuntária, o desejo, o fascínio pelo brincar, ainda que nunca tenha vivido por completo esse prazer.

Já, para o seu lugar, pestinha!! Não se enxerga?? Com lágrimas dolorosas, menos de dor física que de angústia moral — sofrimento novo que se vinha somar aos já conhecidos, a triste criança encorujou-se no cantinho de sempre. (Lobato, 2008, p. 27).

Ainda dialogando com Benjamin, é entendido que o desejo para a brincadeira não nasce de um aprendizado que vai adquirindo à medida em que vai vivendo, mas de algo mais intenso, é realmente uma expressão própria da infância, no caso de Negrinha é algo que insiste em sobreviver apesar de constantemente ela ser reprimida. Em pensamento, a menina idealiza o verbo que nunca foi possível viver: “Brincar! Como seria bom brincar! refletiu com suas lágrimas, no canto, a dolorosa martirzinha, que até ali só brincara em imaginação com o cuco!” (Lobato, 2008, p. 27).

A chegada das sobrinhas da patroa proporcionou à pequena menina o deslumbre em ver e pegar, pela primeira vez, uma boneca. Negrinha encantou-se e então

Olhou para os lados, ressabiada, com o coração aos pinotes. Que aventura, santo Deus! Seria possível?? Depois, pegou a boneca. E muito sem jeito, como quem pega o Senhor Menino, sorria para ela e para as meninas, com relances de olhos assustados para a porta. Fora de si, literalmente... Era como se penetrara o céu e os anjos a rodeassem, e um filhinho de anjo lhe viesse adormecer ao colo. (Lobato, 2008, p. 28).

A cena é compassiva do ponto de vista de ser a primeira experiência de uma menina segurando uma boneca, porém infeliz em saber que mesmo diante de uma vivência genuinamente bela, Negrinha não se desvencilha do medo e do assombro de ser flagrada e sofrer consequências. Nessa continuidade, Inácia a vê e a sua reação foi inesperada, pois permitiu que a menina seguisse com a brincadeira e, para Negrinha, aquela validação, soou como as palavras mais doces que já havia ouvido. Lobato escreve que “Se a gratidão sorriu na vida, alguma vez, foi naquela surrada carinha...” (2008, p. 28).

O narrador diz que foi nesse dia que Negrinha se reconheceu como sujeito humano, de alma, de sentimentos, foi um momento de epifania que atravessou a vida da pequena.

Divina eclosão! Surpresa maravilhosa do mundo que ela trazia em si, e que desabrochava, afinal, como fulgurante flor de luz. Sentiu-se elevada à altura de ser humano. Cessara de ser coisa e de ora avante lhe seria impossível viver a vida de coisa. Se não era coisa! Se sentia! Se vibrava!... (Lobato, 2008, p. 29).

Então, definitivamente, Negrinha viveu aquele mês de dezembro! Ela brincou, foi feliz, descobriu que existia sorriso sem medo e experimentou o mínimo de afeto. Pela primeira vez ela não estava jogada num canto qualquer e nem cumprindo castigo, estava pertencendo ao universo infantil que sempre lhe foi negado. Sim, aquele dezembro chegou para ela como uma primavera, que mesmo tardia, floresceu sua existência.

Viveu intensamente seu primeiro mês de vida e depois morreu.

Morreu na esteirinha rota, abandonada de todos, como um gato sem dono. Ninguém, entretanto, morreu jamais com maior beleza. O delírio rodeou-se de bonecas, todas louras, de olhos azuis. E de anjos... E bonecas e anjos rodavam em torno dela, numa farândola do céu. Sentia-se agarrada por aquelas mãozinhas de louça, abraçada, rodopiada. (Lobato, 2008, p. 29).

Negrinha não suportou a dor de ter que voltar a viver aquele calvário, pois depois de ter se reconhecido como humana, situação que antes era distante para ela, ela se transformou e com isso pode-se dizer que assinou sua sentença de morte, já que depois

disso não assimilava voltar à vida desumana a qual vivia. Então, foi exatamente nesse curto intervalo que a infância se fez possível para ela.

A cena final da narrativa é grosseira, pois mesmo depois de morta ainda reduz a vida da pequena e inofensiva criança a nada: “E tudo se esvaiu em trevas. Depois, vala comum. A terra papou com indiferença sua carnezinha de terceira — uma miséria, quinze quilos mal pesados...” (Lobato, 2008, p. 29). A referência à “carnezinha de terceira”, revela a ausência de valor atribuído à vida da menina e intensifica a desumanização a ponto de transformá-la em algo descartável, inferindo que o seu peso não fosse somente físico, mas, também, como se não fosse digno de consideração.

A morte, que deveria ser um momento de compaixão, apenas reafirma que toda a existência de Negrinha foi excluída sem remorso algum. É como diz a letra da música *A carne* (2002), da cantora brasileira que foi um dos ícones da resistência negra, Elza Gomes da Conceição (1930-2022), artisticamente conhecida por Elza Soares: “A carne mais barata do mercado é a carne negra”. Nesse sentido, valendo, também, para a narrativa lobatiana, a canção ecoa evidenciando a histórica desvalorização e desumanização dos corpos negros na sociedade brasileira.

Ainda mais pesado é o que resta de Negrinha na memória de quem conviveu com ela: “E de Negrinha ficaram no mundo apenas duas impressões. Uma cômica, na memória das meninas ricas: — Lembra-te daquela bobinha da titia, que nunca vira boneca?? Outra de saudade, no nó dos dedos de D. Inácia: — Como era boa para um cocre!...” (Lobato, 2008, p. 29). Para as sobrinhas de Inácia, Negrinha sobrevive apenas como uma lembrança cômica por não conhecer uma boneca e isso é motivo de riso, e para Inácia a lembrança que fica é violenta, uma vez que ela sente falta não da menina, mas daquilo que ela representava como objeto de agressão. Em nenhum dos casos existe humanidade, apenas brutalidade.

Dessa forma, o desfecho do conto é devastador porque nega à personagem até mesmo o direito à memória digna e, por fim, denuncia de forma clara uma sociedade que não só negou à criança negra o direito de viver plenamente, mas, também, negou o direito de ser lembrada como humana.

Considerações Finais

A análise de *Negrinha* permite compreender que a abolição da escravidão não significou o fim das práticas de violência e desumanização contra negros. A narrativa

evidencia que, mesmo no contexto pós-abolicionista, persistiam estruturas coloniais que negavam à criança negra o direito à dignidade, ao afeto e à vivência plena da infância.

Ao dialogar com estudos históricos sobre a infância no Brasil, o conto revela que a experiência de Negrinha não é isolada, mas reflete uma realidade social marcada pela exclusão e pela brutalidade. Foi notório no decorrer da análise que a violência sofrida pela personagem se manifesta, também, na linguagem, nas humilhações constantes e na negação do seu direito de viver como criança.

Dessa forma, o conto de Monteiro Lobato caracteriza-se como denúncia literária das marcas do colonialismo na formação social brasileira, evidenciando que a infância negra foi historicamente atravessada pela violência. Assim, a obra dá amplitude para estimular novos estudos no sentido de compreender melhor como a infância negra é representada na literatura brasileira e como essas representações dialogam com a história do país.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**; tradução de Dora Flaksman. 2º ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. [Tradução: Marcus Vinicius Mazzari]. 2º ed. São Paulo: Duas Cidades. Editora 34, 2009.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. Mary Del Priore organizadora, 7º ed. São Paulo: Contexto, 2010.

DICIO. **Dicionário online de português**. Disponível em: Maniqueísmo - Dicio, Dicionário Online de Português. Acesso em: 16.02.2026

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. [Tradução: José Laurêncio de Melo]. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1997.

GOÉS, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: GOÉS, J. R; FLORENTINO, M. (Org.) Mary Del Priore. **História das crianças no Brasil**. 7º ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GUTIÉRREZ, Horacio. **O tráfico de Crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII**. R. História, São Paulo, 120, p. 59-72. jan/jul. 1989.

LOBATO, Monteiro. **Negrinha**. São Paulo. Editora Globo, 2008.